Agenda do Congresso Nacional: 23 a 27 de novembro de 2026

23.11.2026 9 minutos de leitura

Profissionais relacionados

André Macedo de Oliveira

Giovani Menicucci

Isabel Nogueira

Áreas relacionadas

Relações Governamentais

Para aprimorar a experiência de leitura da **Agenda Semanal do Congresso Nacional**, dividimos os eventos e proposições por áreas temáticas, que também poderão ser acessadas em nosso site. Dessa forma, torna-se mais simples localizar os temas de interesse, seja no âmbito da **Câmara dos Deputados**, seja do **Senado Federal**.

Confira os principais eventos do **Congresso Nacional** organizados de acordo com as diferentes áreas de prática atendidas pelo BMA Advogados. Caso deseje acompanhar os destaques de alguma área específica, basta consultar a lista abaixo:

- **Trabalhista:** PL 10572/2018, PL 6461/2019;
- **Agronegócio:** PL 1053/2020;
- **Indústria:** PL 1505/2022;
- **Solução de Conflitos:** PL 2918/2025, PL 4527/2019, PL 533/2019;
- **Ambiente, Clima e Mineração:** PL 5142/2019, PL 4199/2021;
- **Mercados Financeiro e de Capitais:** PL 2091/2023, PL 2926/2023, PL 5415/2025;
- **Tributário:** PLP 299/2026, Audiência Pública Interativa, PL 1666/2025;
- **Energia:** Audiência Pública, PLP 100/2026;
- **Confira as novas proposições**
- **Notícias da semana anterior**

Trabalhista

PL 10572/2018

Discussão sobre negociação trabalhista com relator.

- **Comissão de Trabalho, segunda-feira (23/11), às 15h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 6461/2019

Institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, e as Leis nºs 6.019/1974, e 14.601/2023.

- **Sessão Deliberativa Ordinária, terça-feira (24/11), às 14h.**
  SENADO FEDERAL

Agronegócio

PL 1053/2020

Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e comercialização de agrotóxicos e afins (Cide-Agrotóxico).

- **Comissão de Meio Ambiente, terça-feira (24/11), às 9h.**
  SENADO FEDERAL

Indústria

PL 1505/2022

Estabelece os mecanismos de estímulo ao desenvolvimento e fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde brasileiro no âmbito da Política Nacional de Inovação Tecnológica em Saúde e dá outras providências.

- **Comissão de Assuntos Econômicos, terça-feira (24/11), às 10h.**
  SENADO FEDERAL

Solução de Conflitos

PL 2918/2025

Acrescenta o procedimento judicial de homologação de acordo extrajudicial e dá outras providências.

- **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, terça-feira (24/11), às 14h30.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 4527/2019

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para disciplinar a realização de audiências públicas em processos judiciais.

- **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quarta-feira (25/11), às 9h.**
  SENADO FEDERAL

PL 533/2019

Acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3º ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil.

- **Comissão de Defesa do Consumidor, quarta-feira (25/11), às 10h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ambiente, Clima e Mineração

PL 5142/2019

Altera a Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração.

- **Comissão de Meio Ambiente, terça-feira (23/11), às 09h.**
  SENADO FEDERAL

PL 4199/2021

Altera a Lei nº 8.001/1990, para elevar a alíquota, permitir a delegação da atribuição de fiscalização e definir o ponto de incidência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais..

- **Comissão de Meio Ambiente, terça-feira (24/11), às 09h.**
  SENADO FEDERAL

Mercados Financeiro e de Capitais

PL 2091/2023

Altera a Lei nº 6.385/1976, para tipificar novos crimes cometidos no mercado de valores mobiliários.

- **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quarta-feira (25/11), às 9h.**
  SENADO FEDERAL

PL 2926/2023

Dispõe sobre as instituições operadoras de infraestruturas do mercado financeiro no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro, e dá outras providências.

- **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quarta-feira (25/11), às**

9h.
SENADO FEDERAL

PL 5415/2025

Estabelece normas para assegurar a isonomia regulatória entre instituições financeiras e instituições de pagamento, fintechs, quanto à cobrança de tarifas, cumprimento de regras de governança, prevenção e combate a fraudes e à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/CFT), e outras obrigações regulatórias pertinentes.

- **Comissão de Defesa do Consumidor, quarta-feira (25/11), às 10h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tributário

PLP 299/2026

Altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para conferir ao Poder Executivo federal novos instrumentos de gestão com vistas a garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico; e dá outras providências.

- **Sessão Deliberativa Ordinária, segunda-feira (23/11), às 18h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Audiência Pública Interativa

Alíquota-base da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

- **Comissão de Finanças e Tributação, terça-feira (24/11), às 14h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 1666/2025

Revoga a Lei nº 15.079/2024, para extinguir o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) adotado no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária - Regras GloBE.

- **Comissão de Desenvolvimento Econômico, quarta-feira (25/11), às 10h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Energia

Audiência Pública

Formulação de combustíveis no Brasil.

- **Comissão de Minas e Energia, terça-feira (24/11), às 10h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLP 100/2026

Estabelece normas gerais de direito financeiro, governança e responsabilidade na gestão dos fundos extra orçamentários, encargos e subsídios do setor elétrico, e dá outras providências.

- **Comissão de Desenvolvimento Econômico, quarta-feira (25/11), às 10h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Confira as novas proposições

- **PL 5877/2026:** Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para conceituar a litigância abusiva e a litigância predatória, dispor sobre a transparência da cessão e do financiamento de direitos litigiosos e estabelecer as consequências processuais e disciplinares do uso abusivo do processo.
- **PL 5869/2026:** Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para tornar obrigatória a previsão, nos editais de concessão de rodovias, de instalação de câmeras nos trechos a serem concedidos e de disponibilização de acesso às imagens geradas aos órgãos de segurança pública.
- **PLP 308/2026:** Institui a Contribuição Social sobre Serviços Digitais – CSSD, destinada ao financiamento de programas de renda básica.
- **PL 5882/2026:** Institui o direito à autonomia algorítmica, assegura ao usuário de plataforma digital a escolha de modalidade de apresentação de conteúdos não baseada em perfilamento comportamental e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para incluir esse direito no rol de direitos dos usuários de internet.
- **PLP 307/2026:** Institui o Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto no art. 153, inciso VII, da Constituição Federal.

Notícias da semana anterior

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Câmara deve votar ajuste fiscal; proposta do governo pretende economizar R$ 70 bilhões
- Projeto considera ato atentatório à Justiça uso de comandos ocultos para

manipular IA em processos judiciais

- Presidentes da Câmara e do Senado pedem que STF julgue validade da Lei da Dosimetria neste ano

SENADO FEDERAL

- Votação do projeto que reforma o Código Civil deve ficar para 2027
- Regras para uso compartilhado de postes vão à sanção
- Senado aprova férias escolares flexíveis para Copa do Mundo de 2027
- Debate na CAE aponta formas de reduzir alíquota de novo tributo, a CBS
- Senado aprova Plano Brasil Soberano 3

AGRONEGÓCIO

- PORTARIA SPA/MAPA Nº 420, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2026: Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do melão, clima tropical, em sistema de cultivo irrigado, no Distrito Federal e nos estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe e Tocantins.
- PORTARIA SPA/MAPA Nº 421, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2026: Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do melão, clima subtropical, nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- Pressão de Trump sobre Filipinas expõe disputa com agro brasileiro
- Com desmatamento em baixa, metano expõe agronegócio do Brasil
- INPI e CropLife Brasil assinam acordo para impulsionar a inovação no agronegócio
- Governo prepara regras para limitar benefícios a importados

TELECOMUNICAÇÕES

- PORTARIA MCOM Nº 25.217, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2026: Estabelece os projetos e as ações prioritárias, estruturantes e de interesse nacional ou regional passíveis de financiamento por emendas individuais (RP 6), de bancada estadual (RP 7) e de comissão (RP 8), bem como os critérios e as orientações para a execução dessas programações no exercício de 2027, nas ações orçamentárias sob gestão do Ministério das Comunicações e de suas entidades vinculadas.
- CONSULTA PÚBLICA Nº 52, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2026: Submete a comentários e sugestões do público geral, a proposta de

regulamentação das medidas de autenticação, identificação e bloqueio de chamadas telefônicas e mensagens, e da base de dados centralizada de recursos de numeração, em atendimento à Medida Provisória nº 1.396, de 9 de outubro de 2026.

- CONSULTA PÚBLICA Nº 51, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2026: Submete a comentários e sugestões do público geral, proposta de Alteração nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão.
- Brasil lança Instituto de Inteligência Artificial para Mudanças Climáticas (AICI) e reforça compromisso com a sustentabilidade digital
- Ministério das Comunicações presidirá comitê interministerial de projetos espaciais no Brasil

TRANSPORTES

- PORTARIA Nº 5.571, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2026: Delega competência para designar prepostos do DNIT em audiências trabalhistas.
- Janela Extraordinária avança com novas autorizações para 1.044 mercados em todo o país
- Governo quer assinar autonomia de estatal de transportes ainda em 2026
- Free flow registra 120 milhões de pagamentos durante período de transição

› PROFISSIONAIS

Profissionais que aliam visão jurídica e visão de mercado



André Macedo de Oliveira



Giovani Menicucci

Isabel Nogueira